

MP do Trem-Bala chega e tranca pauta já a partir do dia 17

Medida provisória permite uso de até R\$ 20 bilhões do BNDES para viabilizar a obra. **7**



Sarney preside reunião da Mesa: Senado adotará norma para coibir a prática do nepotismo

Mesa discute corte nos gastos com transportes

Opções são renovação da frota, para economizar com manutenção, ou aluguel de carros. **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.421 – Brasília, sexta-feira, 8 de abril de 2011



Senado reage à tragédia e estuda ação contra violência

Salvador Scalfano/Governo RJ



Massacre de 12 alunos em escola do Rio consterna senadores, que cobram leis para proteger melhor a sociedade contra o crime

A tragédia de ontem de manhã em uma escola municipal do Rio de Janeiro, quando um atirador matou pelo menos 12 alunos e depois se suicidou, trouxe consternação ao Plenário e reavivou o debate sobre a necessidade de o Senado elaborar leis que assegurem maior proteção da sociedade contra a violência. **3**

Entrada da escola em Realengo, no Rio de Janeiro: ação homicida de atirador deve servir para que país ofereça maior segurança nas escolas, defendem os senadores

CRA aprova incentivo à produção cítrica

Proposta votada na comissão autoriza o governo federal a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros. **6**

Governo quer engajar mais os jovens na luta contra drogas **4**

Senador Wellington Dias (ao fundo) preside debate da subcomissão temporária que busca soluções para enfrentar o avanço das drogas no país



Jose Cruz/Senado Federal

Reforma política: comissão aprova referendo e cota para mulheres **5**

Ana Amélia (E), Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Lúcia Vânia e Gleisi Hoffmann debatem proposta de cota de 50% de candidatas em listas fechadas

Recomendação da OEA sobre usina é criticada pela CRE

Comissão de Relações Exteriores apoia repúdio do governo à "interferência" da OEA ao pedir suspensão das obras de Belo Monte. **8**

Lin de Paula/Senado Federal





Sarney recebe grupo de pessoas com deficiência que pedem a criação de comissão de juristas para debater o Estatuto do Deficiente

Sarney apoia reivindicações de pessoas com deficiência

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu ontem a deputada federal Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) e o vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte Leonardo Mattos (PV), acompanhados de grupo de pessoas com deficiência e do desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, do TRT-PR, que é o primeiro juiz cego do Brasil.

O grupo pediu a Sarney a criação de comissão de juristas e especialistas para debater no Congresso Nacional os aspectos técnicos do Estatuto do Deficiente (PL 3.638/00), que tramita há mais de dez anos na Câmara dos Deputados.

Leonardo Mattos pediu atenção ao PLC 40/10, que prevê a concessão de aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social à pessoa com deficiência.

José Sarney manifestou apoio aos pleitos do grupo e disse que se considera um "participante da causa da pessoa com deficiência".

Senado estuda cortes nos gastos com transportes

Cícero Lucena informa que renovação da frota ou contratação de empresa para locação de automóveis está entre as medidas em estudo pela Mesa

O 1º SECRETÁRIO do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), informou ontem, após reunião da Mesa diretora, que a Casa pretende reduzir os R\$ 17 milhões anuais em despesas com transporte, de acordo com levantamento preliminar. O Senado realizará diagnóstico aprofundado para verificar os gastos com os veículos que atendem aos senadores e às demais modalidades de serviço da instituição.

Cícero Lucena explicou que, a partir do estudo, serão examinadas alternativas como a renovação da frota de veículos ou a contratação de empresa,

em sistema de aluguel. Se o estudo apontar a possibilidade de redução de custos com a troca dos veículos, os automóveis atualmente utilizados serão leiloados.

– Nós entendemos que merece um estudo, um aprofundamento de quanto isso está custando hoje para a Casa e quais são as alternativas eficientes, modernas que podem ser adotadas.

De acordo com o senador, os automóveis utilizados pelo Senado têm pelo menos oito anos de uso, o que tem demandado alto custo de manutenção.

– Eles estão consumindo mais combustível, estão gastando mais

peças, estão tendo custo elevado de mão de obra para a manutenção. Hoje você tem automóveis novos de vários modelos que oferecem quatro, cinco anos de garantia. Eu não acredito que seja papel do Senado ter uma grande oficina – avaliou o 1º secretário.

Celulares

Outro assunto debatido na reunião da Mesa diretora foi o acordo firmado com uma empresa de telefonia celular, para que os senadores recebam novos aparelhos para uso funcional. Cícero Lucena ressaltou que os celulares não representarão custo para o Senado.

Senado adota norma contra nepotismo

O Senado vai coibir oficialmente o nepotismo na instituição. A Mesa diretora aprovou ontem a adoção do Decreto 7.203/10, da Presidência da República, para proibir a contratação de parentes de senadores e servidores na instituição. Segundo o 1º secretário, Cícero Lucena, a proibição já vem sendo adotada pela Casa, mas agora passa a ser oficial.

Para que a sociedade possa fiscalizar o processo, o senador informou que os nomes de todos os terceirizados serão publicados no Portal da Transparência. A medida não abrange os casos de parentes aprovados em concurso público.

– Você não pode proibir as pessoas de participarem de concurso público porque o concurso tem toda a legitimidade da escolha daquele que melhor cumpriu com as exigências.

De acordo com as regras do decreto presidencial, fica proibida a contratação de parentes de senadores e de servidores até terceiro grau. Também está vedada a contratação de empresas cujos sócios sejam familiares de senadores ou servidores. São considerados familiares: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

Regulamentada publicidade em áreas externas da Casa

A Comissão Diretora do Senado publicou ato em que regulamenta a afixação de peças publicitárias nas áreas externas do complexo arquitetônico da Casa. A publicação das regras segue recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que tombou a estrutura arquitetônica do Congresso em 2007.

Conforme o ato, só poderão

ser afixados painéis, faixas, placas e cartazes nas áreas externas do Senado em caráter excepcional e com autorização expressa do presidente da Casa. O material deverá tratar de divulgação de eventos ou campanhas institucionais, especialmente os alusivos a datas nacionais. A instalação também dependerá de autorização prévia do Iphan nos termos da legislação em vigor.

Proresultados revela intenção da Casa, diz Cícero

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB), 1º secretário do Senado, informou ao Plenário o lançamento, na quarta-feira, do Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal (Proresultados-SF), que dá continuidade ao processo de modernização administrativa da Casa. O Proresultados visa reduzir custos e melhorar os serviços prestados à sociedade, aos senadores e ao público interno, explicou.

– O pronunciamento [da diretoria-geral, Doris Peixoto] expressa o sentimento que move esta Casa – afirmou Cícero Lucena.



Cícero Lucena afirma que programa vai permitir a redução de custos

Com a implantação do Proresultados, todas as unidades administrativas do Senado deverão apresentar um plano de gestão até 30 de outubro e, a cada dois meses, um relatório sobre a execução do plano. Caberá à Diretoria-Geral monitorar os resultados. Neste primeiro ano de implantação, será concedido o prazo de 45 dias para apresentação dos planos pelas unidades.



Presidente da Câmara australiana, Harry Jenkins, foi recebido por Sarney

Presidente da Câmara australiana visita senador

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Câmara dos Deputados da Austrália, Harry Jenkins, acompanhado por uma comitiva de parlamentares australianos.

Harry Jenkins disse que, apesar de estar há pouco tempo no país, a delegação australiana já percebia o vigor da economia brasileira.

– Estamos impressionados

com as conquistas do Brasil nos últimos dez anos – disse.

O deputado australiano elogiou o fato de o Brasil ter superado bem a crise econômica mundial de 2008/2009.

– O Brasil mostra que vai trilhar um longo caminho de crescimento – afirmou Jenkins, que ouviu de Sarney um rápido panorama sobre a situação política, social e econômica do país.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição desta segunda-feira do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa hoje

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Wilson Santiago (PMDB-PB) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

CRA Debate sobre endividamento agrícola

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária se reúne para debater o endividamento do setor agropecuário com o secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, e o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, entre outros.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Tragédia em escola pública do Rio de Janeiro é lamentada por parlamentares, que cobram medidas para proteger melhor jovens e crianças

Senado promete mais leis para coibir violência

ALÉM DE MANIFESTAÇÕES de senadores chocados com o assassinato de 12 crianças no Rio de Janeiro, ocorrido ontem de manhã, o Senado reagiu ao massacre com promessas de novas leis para coibir a violência. As principais manifestações partiram do presidente da Casa, José Sarney; dos senadores pelo Rio, Marcelo Crivella (PRB), Francisco Dornelles (PP) e Lindbergh Farias (PT); dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores (CRE); e do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Um esforço para votar projetos contra a violência foi anunciado ontem pelo presidente da CCJ. Eunício afirmou que, na véspera, já havia pedido levantamento dos projetos que tratam de segurança pública, que considera a maior preocupação dos brasileiros.

Referindo-se à tragédia em Realengo, Eunício Oliveira disse que a segurança nas escolas deve ser hoje uma preocupação nacional. Segundo Eunício, diariamente morrem crianças vítimas da violência nas escolas, o que exige das autoridades medidas preventivas.



Pelo menos 12 alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, foram mortos ontem de manhã por um atirador

– Nossos jovens estão expostos a todo tipo de violência, e não podemos assistir passivamente a essa onda criminosa. Os traficantes estão viciando e matando os jovens nas imediações das escolas e isso é intolerável – acrescentou.

Lindbergh Farias ressaltou que o momento é de mobilização social e de repensar os valores

da sociedade.

– Falo como brasileiro que conhece aquele povo. Ninguém sabe o que se passa na cabeça de uma pessoa como essa quando resolve assassinar crianças. O povo do Rio, em especial os pais daquelas crianças, não merece isso – afirmou o parlamentar.

Francisco Dornelles disse que estava chocado com o ocorrido

e que se sentia “como os pais das crianças”, que enviaram seus filhos para estudar e que jamais esperavam por uma tragédia como a ocorrida nesta manhã.

Marcelo Crivella disse estar com o “coração estraçalhado de tristeza”. Foi dele o requerimento para que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovasse voto de pesar

às famílias das vítimas.

Sarney classificou como “atentado terrorista” o ataque à escola.

– Não pode passar pela nossa cabeça que isso ocorra nas nossas escolas. De certo modo, é um ato de terrorismo – disse Sarney, para quem o governo deve passar a dar mais atenção à questão da segurança nas escolas.

Sarney lamenta tragédia e pede reflexão sobre venda de armas

O presidente do Senado, José Sarney, divulgou nota em que se diz perplexo com as mortes em Realengo.

“Em nome do Senado Federal quero expressar minha tristeza e perplexidade pela tragédia que vitimou crianças em sua escola no Rio de Janeiro. O sangue

de meninas e meninos atingidos por um desequilibrado deve nos fazer meditar sobre o imenso problema da violência e especialmente examinar os resultados do plebiscito que aprovou a venda de armas de fogo, instrumento do crime”, afirma o senador.

CRE aprova voto de pesar às famílias das vítimas de atirador

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem enviar voto de pesar às famílias das vítimas de atirador em escola do Rio de Janeiro. O requerimento foi de Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador disse que se trata de uma “tragédia sem precedentes na história do Brasil”, e que “o ano perdeu a primavera no Rio de Janeiro”.

Na votação do requerimento, houve silêncio total na comissão, o que, para o presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), demonstra o estado de consternação dos senadores.

O senador disse que se trata de uma “tragédia sem precedentes na história do Brasil”, e que “o ano perdeu a primavera no Rio de Janeiro”.

Crivella fala do massacre e propõe instalação da CPI da Fronteira

Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse que nunca viu um incidente como o ocorrido ontem no Rio de Janeiro. “Isso abala profundamente nossa alma”, afirmou.

O senador disse que o estado está de luto e prestou solidariedade às famílias das vítimas em nome da bancada fluminense no Senado.

– Pais e mães vão esperar seus filhos na volta da escola,



Marcelo Crivella

mas eles não sairão com as outras crianças. Não tenho palavras para expressar minha dor – lamentou.

Ao comentar a falta munição encontrada com o atirador, Crivella disse que o Senado tem uma missão a cumprir.

– Precisamos instalar a CPI da Fronteira, que vai buscar inibir o tráfico de armas e drogas – defendeu

Paulo Bauer sugere identificação prévia para entrar em escolas

Falando pela liderança do PSDB, Paulo Bauer (SC) sugeriu que o Ministério da Educação determine a todas as escolas públicas no país que exijam dos alunos, no ato da matrícula, a relação da pessoas ligadas a eles que poderão ter acesso à escola. Em nome do partido, o senador manifestou solidariedade às famílias de crianças assassinadas e feridas na escola em Realengo, no Rio de Janeiro.



Paulo Bauer

Secretário de Educação de Santa Catarina por duas vezes, Paulo Bauer disse que parte do problema das escolas no estado foi resolvida com a colocação de um profissional de segurança dentro de cada estabelecimento de ensino, contratado por empresas terceirizadas. afirmou que 300 escolas catarinenses têm vigilância eletrônica, com monitoração constante.

Marinor rebate Plano Nacional de Educação



Marinor Brito

O Plano Nacional de Educação (PNE) que o governo elaborou para a próxima década baseia-se em modelo inadequado, prevendo que a expansão do ensino profissionalizante seja feita mediante a troca de bolsas escolares por isenção fiscal para o setor privado, criticou Marinor Brito (PSOL-PA).

– Não há no projeto de lei do Executivo nenhuma referência sobre o percentual de crescimento da rede pública, seja de educação básica ou do ensino superior.

Gurgacz critica o fácil acesso a armas no país



Acir Gurgacz

Ao lamentar a tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu uma reflexão sobre o sistema educacional brasileiro, que, para ele, é “descuidado e massificante”.

Em sua avaliação, as turmas escolares costumam ser grandes demais e a escola não olha para o aluno da forma como deveria.

Gurgacz criticou ainda o mercado negro de armas no Brasil e disse que “com pouco dinheiro é possível comprar armas e munição”.

Maldaner quer debater medidas de segurança



Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu o debate de medidas de segurança para evitar massacres como o de ontem. “Não devemos limitar nossa ação ao inerte lamento. Estamos cientes das carências de merenda, de quadro negro, de carteiras. Mas a segurança faz parte disso”, disse.

Para o senador, é preciso lutar contra os preconceitos enraizados na sociedade. E, apesar de o resultado do referendo de 2005 ter sido contra a proibição da comercialização de armas, pode-se rediscutir o assunto.

Poderes fazem minuto de silêncio pelos mortos

O senadores fizeram um minuto de silêncio em Plenário pelas crianças mortas na manhã de ontem em Realengo.



Lindbergh Farias (PT-RJ) agradeceu a solidariedade às famílias que perderam seus filhos. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a ação foi cometida por alguém com desequilíbrio emocional grave e que o governo deve promover maior vigilância nas escolas.

– Talvez esta Casa, mais do que discutir as leis e os programas públicos, tenha que ter uma pauta diferente e discutir valores – contrapôs Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ana Amélia (PP-RS) homenageou o PM Márcio Alexandre Alves, que atirou contra o assassino.

Evento é apressado no Palácio do Planalto

O presidente do Senado, José Sarney, participou, no Palácio do Planalto, da cerimônia destinada a comemorar a existência de 1 milhão de empreendedores inscritos no programa Microempreendedor Individual. Com a presidente Dilma Rousseff e os demais presentes consternados com a notícia do tiroteio no Rio de Janeiro, o evento foi rapidamente encerrado.

A presidente da República pediu um minuto de silêncio em memória dos estudantes mortos, referindo-se a “esses brasileirinhos que foram retirados tão cedo da vida”.

CDH aprova sistema único de assistência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou projeto (PLS 180/10) que institui o Sistema Único de Assistência Social e regulamenta a atividade. A proposta será agora examinada por outras duas comissões.

Para a relatora, Ana Rita (PT-ES), o governo já vem implementando uma política de assistência social, "mas falta uma lei que a transforme em política de Estado, garantindo sua continuidade".

O projeto foi encaminhado ao Congresso pelo governo e já foi aprovado na Câmara.

O texto discrimina os tipos de entidades e organizações sociais que atuam na área de assistência social. Ana Rita

ressalta ainda que a prestação da assistência social seguirá modelo descentralizado e com gestão compartilhada, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Greve de médicos contra planos de saúde recebe apoio

No Dia Mundial da Saúde, comemorado ontem, os médicos paralisaram as atividades vinculadas aos planos de saúde em diversas cidades, em protesto contra a remuneração paga pelas operadoras e a forma de atuação dessas empresas. Vários senadores integrantes da CDH manifestaram apoio à iniciativa.

Paulo Davim (PV-RN) avaliou que é necessário denunciar o "abuso" das empresas. As críticas foram reiteradas, entre outros, pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), e por Eduardo Amorim (PSC-SE). Paulo Davim e Eduardo Amorim são médicos. Representantes da categoria estiveram na comissão, como Aloísio Miranda, um dos vice-presidentes do Conselho Federal de Medicina.



Mozarildo diz que, se não houver negociação, proporá criação de CPI

Senado deve buscar solução, sugere Mozarildo

A relação entre médicos e planos de saúde será tratada em trabalho conjunto de colegiados específicos das comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS), anunciou ao Plenário o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

As subcomissões de saúde devem convidar representantes dos planos de saúde e dos médicos para tentar uma solução negociada. Se não houver êxito, o senador pedirá uma CPI para investigar a situação da saúde complementar no Brasil.

– Se não resolver, vamos fazer uma CPI para ter acesso às planilhas de custos, os tipos de pagamento. Do jeito que está, não dá para continuar – afirmou.

Mozarildo apontou que os planos de saúde aumentaram suas mensalidades, em média, em 400% nos dois últimos anos. A remuneração paga aos médicos por consulta, no entanto, não aumentou, sendo hoje, em média, de R\$ 39. Os médicos reivindicam R\$ 60. O senador lamentou ainda que os planos de saúde restrinjam os tipos de exames incluídos na cobertura e policiem os médicos sobre procedimentos relativos a diagnóstico e tratamento.

Estudantes poderão atuar no combate às drogas

Proposta foi defendida por representantes do governo federal durante audiência pública promovida pela subcomissão que estuda formas de reduzir consumo no país

O GOVERNO FEDERAL promete se lançar ao desafio de atrair adolescentes, que poderiam ser cooptados por traficantes de droga, para uma frente de combate ao vício entre a juventude. Essa é a meta traçada pelo programa Saúde na Escola para 2011, segundo adiantou a representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria de Fátima Simas Malheiros.

– É preciso fortalecer a participação do jovem na prevenção ao uso de drogas no espaço escolar. Vamos trabalhar esse protagonismo juvenil na área este ano para que eles possam tratar do assunto entre si – defendeu Maria de Fátima, em debate

na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas.

Segundo a debatedora, faz parte das metas do programa Saúde na Escola – implantando em 2.572 municípios – a formação de jovens como disseminadores da prevenção ao uso de entorpecentes.

O entendimento de que o ambiente escolar é um local de proteção social permeia o programa Saúde e Prevenção nas Escolas, do Ministério da Educação, destacou a coordenadora do projeto, Marta Klumb Oliveira Rabelo. Para ela, é fundamental envolver pais, professores e comunidade

nessa parceria e garantir a permanência dos jovens por mais tempo na escola, com atividades culturais e de lazer.

A mesma proposta foi defendida pela secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Denise Colin. Ela acredita que a viabilidade do Plano de Enfrentamento ao Crack e a outras Drogas não depende só do Estado, mas do envolvimento da sociedade.

Para a coordenadora do Departamento de Proteção Social Especial do ministério, Juliana Maria Fernandes Pereira, o foco do plano é fortalecer os vínculos familiares e comunitários no enfrentamento do problema.



Debatedores defendem maior proteção ao ambiente escolar

Wellington: país não garante tratamento

Cerca de 18 milhões de brasileiros são hoje dependentes químicos, mas o país dispõe apenas de 20 mil vagas em unidades de tratamento para quem enfrenta o problema.

Os números foram citados na audiência pública da subcomissão temporária, pelo senador Wellington Dias (PT-PI), ao apontar ineficiências nas políticas públicas nesse campo. No lugar de soluções, lamentou, o que se observa a cada dia é o aumento da disseminação das drogas.

Com relação às unidades de tratamento, Wellington Dias observou que apenas 2 mil das 20 mil vagas são públicas. As demais são de serviços de atendimento mantidos por entidades não governamentais.

– Não adianta só falar sobre o tema e fazer discursos. Primeiro, precisamos admitir que algo não vai bem, que alguma coisa está errada – alertou o parlamentar.

Ana Amélia alerta para avanço do crack

Pela liderança do PP, a senadora Ana Amélia (RS) registrou, em discurso, a realização do debate pela subcomissão temporária, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O debate aconteceu por sugestão dela e do senador Wellington Dias e contou com representantes da sociedade civil e do governo.

A senadora informou também que há no país 1,2 milhão de usuários de crack. Segundo ela, pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios aferiu que a droga está presente em 70% das cidades brasileiras.

Ana Amélia citou também pesquisa realizada pelo deputado federal Osmar Terra

(PMDB-RS) segundo a qual 1% da população de seu estado é viciada em crack, o que em números absolutos pode chegar a cerca de 100 mil dependentes. Ela afirmou que o consumo de crack é o maior problema da área de saúde no estado, responsável por seis mortes diárias, direta ou indiretamente.



Só Sergipe e Piauí não têm hospitais oncológicos na região, diz senador

Eduardo Amorim pede Hospital do Câncer em Sergipe

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu a criação de um hospital oncológico em Sergipe. Segundo ele, na região Nordeste, apenas Sergipe e Piauí não têm Hospital do Câncer. De acordo com ele, o câncer – nome genérico utilizado para designar mais de cem doenças – é a segunda maior causa de morte no Brasil, responsável por 17% de todos os óbitos de causa conhecida.

Citando sua experiência como médico, como coordenador do setor de oncologia do maior hospital público de Sergipe e como secretário estadual de Saúde, Amorim afirmou haver uma "necessidade urgente" de criar o Hospital do Câncer em Sergipe – para ele, "um sonho possível".



Davim: baixos salários e alto estresse dos profissionais nessas unidades

Davim defende jornada menor nas emergências

Paulo Davim (PV-RN) pediu ontem apoio dos senadores ao seu projeto que reduz a jornada de trabalho dos funcionários da saúde que atuam em unidades de urgência e emergência. O projeto altera, ainda, a forma de concessão de férias, que seriam divididas em dois períodos de 20 dias, intercaladas com 180 dias de trabalho.

O senador explicou que a proposta foi motivada pela baixa remuneração dos profissionais da área médica, diante do alto estresse a que são submetidos, convivendo com a dor, o sofrimento e a morte de muitos pacientes.

Davim também registrou a paralisação do atendimento aos usuários de plano de saúde promovida ontem pelos médicos de todo o país.

Proposta assegura aos índios o registro de prenome tradicional

O projeto de lei que assegura aos índios o direito de registrar, na certidão de nascimento, prenomes de origem indígena foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Agora, a proposta (PLS 3/10), de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Para assegurar o direito, o projeto, que altera a Lei dos Registros Públicos, retira a prerrogativa do oficial de cartório de recusar – apenas nesse caso – o registro de prenome que julgue

expor a pessoa ao ridículo.

Ao defender tratamento diferenciado no caso dos indígenas, Cristovam argumenta que a escolha do prenome, nesse caso, envolve fatores étnicos e culturais, entre outros, “que acentuam valores da natureza” e o culto aos antepassados.

No relatório sobre o projeto, Vicentinho Alves (PR-TO) defendeu a aprovação da matéria com uma emenda de redação. Ele observou que a iniciativa de Cristovam “cuida do direito do indígena de ver respeitadas suas peculiaridades culturais exatamente no momento em que se submete a um ato estranho aos seus costumes: o registro civil”.



Na reunião da CDH, Vicentinho Alves, Mozarildo Cavalcanti e Cyro Miranda

CDH debaterá conflitos nas obras de Jirau em audiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem a realização de uma série de audiências públicas, em datas a ser confirmadas. Cyro Miranda (PSDB-GO) propôs discutir a situação dos trabalhadores nas obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que estão sendo construídas no rio Madeira, em Rondônia.

Já Marinor Brito (PSOL-PA) sugeriu avaliar as ameaças de morte contra a irmã Marie Henriqueta, integrante da Comissão Justiça e Paz da Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). As ameaças seriam decorrência da atuação da freira na denúncia e na investigação de casos de abuso e exploração sexual de menores no Pará.

Outros temas a ser tratados em audiências públicas são o PLC 41/10, sobre acesso a informações; *bullying*; combate ao *crack*; situação das cotas e do Prouni no Supremo Tribunal Federal; atuação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); política de direitos humanos do Itamaraty e violência contra jornalistas.

Ferraço: tolerância zero com motorista embriagado

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sugeriu ontem que seja incluída como prioridade no terceiro pacto republicano a revisão do Código Brasileiro de Trânsito (CBT), “para eliminar a percepção geral de impunidade e de certeza que a lei não será cumprida”. Ele protestou contra decisão judicial que desobriga o motorista embriagado a se submeter ao exame do bafômetro.

– Foi pensando nisso que protocolamos nesta Casa uma proposta que fixa tolerância zero para embriaguez ao volante. A atual legislação define um limite mínimo de tolerância de 6 decigramas de álcool, mas as pessoas não estão obrigadas a usar o bafômetro; logo a Lei Seca precisa, sim, ser aperfeiçoada para que se tenha a certeza de que a impunidade não continuará – defendeu.



Ferraço quer evitar impunidade

Senador anuncia PEC para agilizar Judiciário

O senador Ricardo Ferraço anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição por meio da qual os recursos poderão ser transformados em ações rescisórias – ou seja, todo processo julgado em segunda instância pode gerar efeito imediato, independentemente do curso da ação no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça.

– A lentidão da Justiça tem sido alvo de queixa de grande parte da sociedade brasileira e colabora com a sensação de impunidade – justificou.

Comissão aprova referendo e cota de 50% para mulheres

Grupo que estuda a proposta de reforma política conclui a votação dos dois últimos itens da agenda e entrega, na semana que vem, sumário dos pontos aprovados

OS SENADORES DA Comissão de Reforma Política aprovaram, ontem, os dois últimos tópicos que se dispuseram a debater: o estabelecimento de cotas para mulheres nas listas de candidatos dos partidos e a realização de consulta popular sobre o sistema eleitoral.

Se o Congresso aprovar o modelo de lista partidária fechada para as votações proporcionais (deputados e vereadores) sugerido pela comissão, metade dos nomes da lista deverá ser de mulheres, um modelo mais fiel à proporcionalidade da população brasileira, composta por 51% de membros do sexo feminino.

– Com a lista fechada, não tenho dúvida de que é preciso a cota, do contrário a mulher seria inteiramente alijada do partido e da disputa. Basta ver a estrutura partidária, que não contempla absolutamente as mulheres – disse a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Para o presidente da comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a decisão mais acertada do grupo foi aprovar um



Dornelles, entre Ana Rita, Gleisi Hoffmann e Marta Suplicy: lista meio a meio

referendo popular a respeito das mudanças propostas, sugerido pelos senadores Itamar Franco (PPS-MG), Pedro Taques (PDT-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS) na quarta-feira.

– No momento em que se muda o direito do povo de escolher seus representantes, o povo tem que dizer se concorda ou não com essa mudança, de modo que o referendo do sistema eleitoral foi a decisão mais importante da comissão. Não podemos mudar sem ouvir diretamente o povo – explicou.

Depois de 45 dias de análises,

a Comissão de Reforma Política encerrou seus trabalhos dentro do prazo, conforme frisou o senador Francisco Dornelles, que presidiu o grupo.

Na próxima semana, o sumário executivo dos pontos aprovados será entregue ao presidente do Senado, José Sarney, que decidirá se a comissão deve elaborar proposições sobre os temas, caso em que serão necessários mais 30 dias de trabalho, ou se essa tarefa ficará a cargo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Suplicy propõe eleição direta para as chapas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria eleições internas diretas nos partidos para a escolha de candidatos a cargos eletivos.

Tanto para as funções executivas quanto legislativas, a escolha partidária será feita por eleição direta dos filiados à legenda. Na escolha de candidatos a cargos eletivos pelo sistema proporcional, da opção de cada filiado deverão constar, na mesma proporção, votos para homens e mulheres.

– O objetivo é democratizar em todos os partidos a escolha dos candidatos, inclusive daqueles que ocuparão a lista fechada se essa for a decisão a ser aprovada pelo Congresso Nacional – disse.



Suplicy quer democratizar escolha dos candidatos de cada partido

Suplicy disse ainda que a PEC garantiria um mínimo de aproximação entre os representantes e seus representados, ao estabelecer que, obrigatoriamente, os nomes que irão compor as listas partidárias abertas ou fechadas, para eleições proporcionais ou majoritárias, sejam fruto da escolha do conjunto de filiados à agremiação política, dentro da circunscrição eleitoral de cada cargo em disputa.

Marta diz que será “mudança salutar” na política

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Reforma Política, de cotas para mulheres nas listas de candidatos. Ela disse, emocionada, que a garantia de composição das listas partidárias com 50% de mulheres provocará mudança muito salutar na política.

– A comissão já votou e nós ganhamos. Foi muito bom. Acho que nós, mulheres unidas, conseguimos fazer a cabeça dos senadores – comemorou.

Marta Suplicy também manifestou seu pesar e sua solidariedade às famílias das crianças assassinadas numa escola pública do Rio de Janeiro na manhã de ontem. A parlamentar condenou o aumento da violência no país, nos últimos anos, sobretudo contra mulheres e homossexuais.

Jarbas reage a comentário de Sarney sobre Ulysses Guimarães

“Ulysses não tem grandeza de espírito público, político menor que tem o gosto da arte política, puro jogo, nada mais.” Esse foi o trecho da biografia autorizada do presidente José Sarney, relativo a Ulysses Guimarães, que recebeu repúdio do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

– Um dos comportamentos humanos mais reprováveis é o de agredir ou atacar quem

não pode se defender. Isso foi o que o presidente José Sarney fez contra o doutor Ulysses Guimarães na sua biografia autorizada que lançou recentemente – lamentou o parlamentar, em defesa da memória de Ulysses (1916-1992).

Jarbas acusou Sarney de manchar a imagem de um dos homens mais importantes do século 20, numa referência à liderança de Ulysses no movi-



Para Jarbas, Ulysses foi uma das mais importantes figuras do século 20

mento das Diretas Já e como condutor da Assembleia Nacional Constituinte.

Pinheiro elogia decisão sobre piso de professor

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar válido para todos os estados o piso nacional de R\$ 1.187,14 para os professores da educação básica na rede pública.

O julgamento, realizado na quarta-feira, durou mais de quatro horas. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.167, contra o piso, havia sido ajuizada pelos governos de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará.

– É uma importante vitória a decisão do STF para garantir que aquele que verdadeiramente faz a educação no país tenha direito a um piso nacional digno – afirmou o parlamentar.

No mesmo discurso, o senador também defendeu a aprovação do projeto da Lei Geral de Acesso à Informação (PLC 41/10), do qual é relator no Senado.



Senador diz que ajudou a adaptar a Casa para pessoas com deficiência

Renan defende criação de frentes parlamentares

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que vê com satisfação a criação de várias frentes parlamentares no Congresso Nacional, citando as frentes em defesa da micro e da pequena empresa; das comunidades terapêuticas; e da acessibilidade, essa última recriada. Quando presidiu o Senado, lembrou ele, instituiu a Semana da Acessibilidade e empreendeu a reforma que tornou a Casa acessível às pessoas com deficiência. Rampas foram adaptadas e alargadas para cadeiras de rodas e meios-fios foram baixados. Também foram reformados sanitários, corredores de acesso e elevadores, e fornecidos carros elétricos para as visitas, relatou.



Presidida por Acir Gurgacz (D), ao lado de Moka, CRA também aprovou audiência pública sobre a questão fundiária no país

Incentivo ao pequeno e médio produtor de cítricos

Assegurar a competitividade e estimular a integração da cadeia produtiva de frutas cítricas são alguns objetivos de proposta que autoriza Executivo a instituir programa

PROPOSTA QUE AUTORIZA o Executivo a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros (Proap Citros) foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em caráter terminativo. Se não houver recurso para exame pelo Plenário, a matéria seguirá diretamente para deliberação da Câmara dos Deputados.

Segundo o projeto (PLS 76/10), de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o Proap Citros terá como objetivos assegurar a inserção

competitiva dos pequenos e médios produtores de frutas cítricas no mercado; incentivar a formação de mecanismos de integração da cadeia produtiva, envolvendo o setor agroindustrial; e fortalecer o mercado interno de citros, inclusive por meio de campanhas oficiais de marketing, com foco na melhoria da saúde da população brasileira.

Também estão entre as metas ampliar o acesso dos pequenos e médios produtores de citros aos mecanismos de crédito bancário; prestar assistência

financeira aos produtores para fins de implantação e também para custeio das safras; e apoiar a pesquisa para geração e transferência de tecnologia, inclusive para a produção de novas variedades.

Valadares lembra na justificativa que o Brasil é o maior produtor mundial de laranja, mas o setor passa por dificuldades de comercialização, devido, principalmente, a uma queda na demanda mundial. O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou emendas para aprimorar o projeto.

País pode ter agência para fiscalizar venda de imóvel rural

O Brasil poderá ter uma agência reguladora territorial rural, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de fiscalizar, monitorar, controlar e autorizar transações comerciais de imóveis rurais em todo o território nacional.

A autorização para que o Executivo crie o órgão foi aprovada ontem pela Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o autor do PLS 401/08, senador Jayme Campos (DEM-MT), o setor imobiliário rural carece de regulação e controle permanente, “tendo em vista a crescente especulação mundial, principalmente na região da Amazônia”.

Valadares apoia campanha contra uso de agrotóxico

O lançamento da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida foi registrado ontem por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador disse apoiar as mais de 20 entidades da sociedade civil que coordenam a campanha.

– Não se trata de rejeitar sumariamente o uso dos defensivos,



Antônio Carlos Valadares

mas debater critérios.

Valadares afirmou que o Brasil lidera o ranking dos países que mais utilizam agrotóxicos na produção, “e o mais grave é a tendência de aumento”.

Cidadão participa, em tempo real, de debate hoje na CRA

Hoje, a partir das 14h, a população poderá debater o endividamento rural com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) durante o andamento dos trabalhos. A participação pode ser feita por telefone (0800-612211 – ligação gratuita), pela internet (www.senado.gov.br/alosenado) ou twitter (@alosenado). A discussão dá início ao ciclo “Agricultura em Debate”. As informações serão sistematizadas pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública.

O presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), espera mobilizar a sociedade. Foram convidados para o debate representantes da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, da Organização das Cooperativas Brasileiras, da Confederação Nacional da Agricultura e dos bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia.

Senadores vão verificar condições de usinas em Angra

Uma comitiva de senadores vai hoje ao Rio de Janeiro avaliar as condições de segurança das usinas de Angra 1 e 2 e das demais instalações do complexo nuclear. O foco da visita será o plano de emergência das usinas e o tratamento aplicado aos rejeitos radioativos.

Integram a comissão Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Lindbergh Farias (PT-RJ), Jorge Viana (PT-AC), Delcídio Amaral (PT-MS), Lobão Filho (PMDB-MA), Cyro Miranda (PSDB-GO), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Braga (PMDB-AM). Os parlamentares querem saber se as usinas estão preparadas para evitar acidentes e se há um plano eficiente de evacuação.

Depois de visitar Angra dos Reis (RJ), eles se reúnem à tarde com representantes do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), procuradoria do estado e associações de moradores, além de prefeitos e vereadores da região. Em seguida, visitam as comunidades potencialmente expostas em caso de vazamentos.

Sarney recebe manifesto contra Código Florestal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem manifesto assinado por 32 movimentos sociais e sindicais do campo e organizações ambientalistas contrários ao substitutivo apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao projeto de reforma do Código Florestal. A matéria aguarda votação no Plenário da Câmara, para só depois ser enviada ao Senado.

Em nome do grupo, Raul Krauser, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), disse que a população rural aguarda o novo código, mas quer que o texto aprovado no Congresso seja resultado de um “amplo e democrático debate com toda a sociedade”.

A coordenadora-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, Elisângela Araújo, disse que a categoria espera discutir com os senadores as mudanças.

– Quando o projeto chegar ao Senado, estaremos de portas abertas para a discussão da matéria – respondeu Sarney.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Ricardo Ferraço • Marta Suplicy • Acir Gurgacz • Walter Pinheiro • Aníbal Diniz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Cyro Miranda aponta risco inflacionário

Cyro Miranda (PSDB-GO) criticou "a falta de clareza do governo" sobre adoção de medidas de combate à inflação. Segundo o senador, as previsões governamentais para a inflação diferem de boa parte dos analistas.

– O mercado volta a elevar a projeção de inflação para este ano, que chega a 6,02%, numa demonstração clara de pouca confiança na política monetária e nas medidas prudenciais de restrição ao crédito – afirmou.

Esse quadro incerto gera a remarcação de preços, porque o empresário "se atemoriza diante da possibilidade de não conseguir repor estoques", disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal
Questão envolve conflitos federativos sobre as micro, afirmou o senador

Armando propõe debate sobre microempresas

Armando Monteiro (PTB-PE) informou que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos requerimento para um debate sobre os conflitos federativos referentes à tributação das micro e pequenas empresas, com a presença de representantes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Segundo o senador, grande parte das demandas das micro envolve conflitos entre os estados, como é o caso dos limites de enquadramento para ingresso no Simples, que não são corrigidos há seis anos.



Moreira Moritz/Senado Federal
Para Cyro Miranda, governo não é claro sobre medidas contra a inflação

Microempreendedor atinge 1 milhão

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) celebrou ontem a conquista pelo país de 1 milhão de trabalhadores que se formalizaram por meio do programa Empreendedor Individual, lançado em julho de 2009 pelo governo federal. A marca foi comemorada em cerimônia no Palácio do Planalto pela presidente Dilma Rousseff.

O programa Microempre-

endedor Individual dá aos trabalhadores individuais, com a formalização de suas atividades, não só a oportunidade de se inserirem no contexto da Previdência Social e dos demais direitos trabalhistas, mas sobretudo facultar-lhes o acesso ao crédito de instituições bancárias oficiais. Podem se enquadrar trabalhadores que tenham tido receita bruta de até R\$ 36 mil no ano.



Moreira Moritz/Senado Federal
Ivo Cassol teme prejuízos ao meio ambiente, ao turismo e à população

Cassol pede fim da pesca predatória na bacia do Guaporé

Ivo Cassol (PP-RO) disse que a pesca predatória na bacia do rio Guaporé, em Rondônia, é preocupante, não só pela questão ambiental. A falta de preservação pode atrapalhar o potencial turístico da região e acabar com o alimento de parte da população, disse o senador.

– Não estou, aqui, falando contra os pescadores, mas também não é justo, de maneira nenhuma, autorizarmos a pesca de rede da boca do rio São Miguel para cima – argumentou.

A liberação da retirada de até 400 quilos de pescado por pescador artesanal está prevista em lei estadual.

Aníbal Diniz lembra com dias do governo Dilma

Amanhã, completam-se os cem primeiros dias de governo da presidente Dilma Rousseff, lembrou Aníbal Diniz (PT-AC). O senador disse que, embora não haja uma avaliação precisa, existem "muitos sinais intuitivos" de que a administração da presidente está agradando ao povo. Um deles seria a pesquisa CNI/Ibope, que registrou aprovação de 73% à maneira de governar da presidente. O governo foi avaliado como ótimo ou bom por 56% dos entrevistados.

– Depois, temos a credibilidade do governo frente aos organismos avaliadores internacionais – afirmou.



José Cruz/Senado Federal
Para Aníbal Diniz, há vários sinais de que a presidente agrada ao povo

Medida provisória autoriza União a garantir empréstimo de até R\$ 20 bilhões, por meio do BNDES, para viabilizar o projeto. Texto foi aprovado na quarta-feira pela Câmara

Senado tem que votar MP do Trem-Bala até o dia 17

O SENADO RECEBEU da Câmara ontem o projeto que autoriza a União a oferecer garantia para um empréstimo de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao consórcio construtor do trem de alta velocidade (TAV).

A leitura em Plenário do Projeto de Lei de Conversão 7/11, oriundo da Medida Provisória 511/10, foi feita pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que presidia os trabalhos. Ele comunicou que o prazo de 45 dias para apreciação da medida encontra-se esgotado e que sua vigência foi prorrogada pela Presidência

da Mesa do Congresso Nacional, esgotando-se no dia 17.

O trem-bala ligará as cidades de Campinas (SP), São Paulo e Rio de Janeiro, em um percurso total de 511 quilômetros. Relatado pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP), o texto da MP foi aprovado com alterações na quarta-feira e prevê a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (Etav), vinculada ao Ministério dos Transportes.

A empresa pública terá por objetivo agilizar a implantação do serviço e promover o desenvolvimento do trem-bala de forma integrada com os outros tipos

de transporte. A criação da empresa – criticada pela oposição, que ameaça recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) – constava do PL 7673/10, do Executivo, em tramitação na Câmara.

O governo estima o custo do trem-bala em R\$ 34,6 bilhões. Para ter direito à garantia do empréstimo de R\$ 20 bilhões, a concessionária do trem-bala deverá apresentar contragarantia em valor igual ou superior e estar adimplente perante o Fisco federal. Essa contragarantia poderá ser de dois tipos: ações da concessionária ou receitas obtidas com a exploração do serviço.



Presidida por Lúcia Vânia, CI também vai discutir acordo que liberaliza operações aéreas entre Brasil e EUA

Projeto será discutido terça-feira em audiência

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realizará na terça-feira, às 14h, audiência pública para discutir aspectos relacionados à construção do trem de alta velocidade (TAV) que ligará as cidades de Campinas (SP) e Rio de Janeiro, passando pela capital paulista.

Autor do requerimento propondo o debate, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lembrou que chegaria ainda ontem ao Senado a medida provisória (MP 511/10) que autoriza a União a oferecer garantia de empréstimo de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico ao consórcio construtor do trem-bala. Os deputados concluíram na quarta-feira a votação da matéria.

Conforme reportagem da Agência Câmara, os deputados da oposição tentaram derrubar a criação dessa empresa, e agora, com a medida provisória aprovada, ameaçam ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a urgência na realização do debate para orientar os senadores na votação da MP. Ricardo Ferraço sugeriu que sejam convidados representantes do governo

federal, do setor privado, de entidades de classe do setor e especialistas no assunto.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura também aprovou a realização de audiência pública com a presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira, para discutir o acordo de "céu aberto" entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que liberaliza operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015. A data do debate, proposto pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), ainda será confirmada pelo colegiado.

Miriam Belchior deve falar sobre cortes e PAC

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, deve explicar no dia 26 de abril, às 15h, aos senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO), os cortes no Orçamento da União. A comissão decidiu fazer o convite na quarta-feira.

Em data posterior, a ser marcada, a ministra será convidada a falar à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para 2011. A iniciativa foi do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), para quem é importante que a comissão conheça as prioridades do governo para este ano e avalie os avanços do programa.

Na CMO, a ministra também

deverá tratar da validade dos restos a pagar não processados e inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009, bem como os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011.

Em 1º de março, o Executivo expediu o Decreto 7.445/11, que cortou R\$ 53,6 bilhões na programação deste ano. O objetivo, como explicaram os ministérios do Planejamento e da Fazenda, foi reduzir a pressão sobre a demanda agregada e, assim, diminuir as expectativas de inflação. Com o decreto, o Executivo elaborou nova estimativa da receita primária para 2011 e estabeleceu novos limites orçamentários e financeiros para os diversos órgãos.

Nota técnica da Consultoria

de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado afirma que esse corte ficou bem acima da perda esperada na receita primária líquida, de R\$ 18,1 bilhões, porque o Executivo decidiu perseguir a meta cheia de resultado primário, de R\$ 81,8 bilhões, ou 2,02% do produto interno bruto (PIB), que não considera a possibilidade de dedução dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os maiores cortes atingiram os ministérios das Cidades (R\$ 8,5 bilhões), Defesa (R\$ 4,3 bilhões), Educação (R\$ 3,1 bilhões), Turismo (R\$ 3,08 bilhões), Transportes (R\$ 2,3 bilhões) e Integração Nacional (R\$ 1,8 bilhão).



Fernando Collor, entre os indicados Eliana Puglia e Raymundo Rocha Magno

Aprovados embaixadores para a Romênia e Guiné Equatorial

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação dos diplomatas Raymundo Santos Rocha Magno e Eliana da Costa e Silva Puglia para embaixadores na Romênia e na Guiné Equatorial. A indicação dos dois diplomatas pela Presidência pode ser examinada em Plenário a partir de terça-feira.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ressaltou que os indicados têm as qualificações necessárias ao bom desempenho do cargo. Ele informou que Raymundo Magno conhece com profundidade a realidade da Romênia e destacou as qualidades de "grande administradora" de Eliana Puglia.

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), o exercício da representação diplomática amplia e fortalece as relações bilaterais entre esses países com o Brasil.

Em sua exposição, Raymundo Magno destacou que a Romênia tem enorme potencial para

empreendedores brasileiros, especialmente na área de construção civil. Ele disse também que, como embaixador, vai ter a oportunidade de descobrir naquele país outras oportunidades que sejam de interesse do Brasil.

Eliana Puglia informou que sua atuação na Guiné Equatorial vai focar a cooperação entre os dois países em projetos como saneamento básico, transferência de tecnologia em agricultura familiar e treinamento de funcionários públicos. O estímulo ao intercâmbio comercial e cultural, informou, também serão focalizados em sua atuação.

Na reunião da CRE também foram lidos os votos dos relatores sobre a indicação dos embaixadores José Maurício de Figueiredo Bustani (Mônaco), Vergniaud Elyseu Filho (Estônia), Pedro Henrique Lopes Borio (Maldivas) e Marco Antônio Diniz Brandão (Butão) e da embaixadora Ana Maria Pinto Morales (Zâmbia).

Romênia e Guiné Equatorial

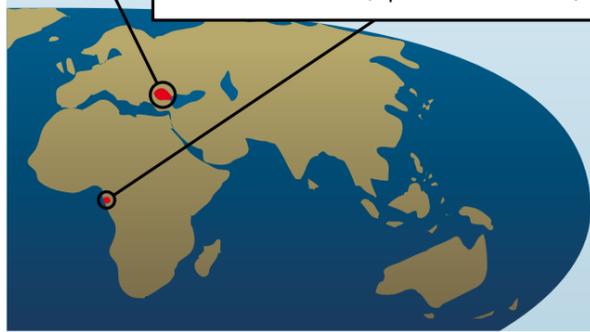
Romênia

Área: 237.500 km² (equiv. à de São Paulo)
População: 22.246.862 hab. (equiv. à de Minas Gerais)
PIB: US\$ 270,3 bilhões (equiv. ao de Minas Gerais)



Guiné Equatorial

Área: 28.051 km² (equiv. à de Alagoas)
População: 616.459 hab. (equiv. à do Amapá)
PIB: US\$ 22,3 bilhões (equiv. ao do Maranhão)



A Comissão de Relações Exteriores, por iniciativa de Fernando Collor, aprovou voto de solidariedade ao governo brasileiro, que repudiou a interferência do órgão internacional

Comissão contesta atitude da OEA sobre Belo Monte

A NOTA DA Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que solicita às autoridades brasileiras suspensão de qualquer obra de execução na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi criticada pelos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na opinião da maioria dos senadores, a atitude da OEA revela interferência em assuntos internos do Brasil. Apenas Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou sua concordância com a atitude da OEA.

Por iniciativa do presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTB-AL), a comissão aprovou voto de solidariedade ao governo brasileiro por se manifestar contrário à nota da OEA, divulgada sexta-feira passada, bem como voto de repúdio à declaração assinada pelo secretário-executivo daquela organização, Santiago Canton.



A maioria dos senadores avalia atitude da OEA como interferência indevida

Para Collor, a declaração da OEA representa intromissão em assuntos internos do Brasil e não deve ser aceita pelo governo brasileiro. As questões relativas à usina de Belo Monte, ressaltou, devem ser discutidas em fórum interno. Além disso, o senador considerou a nota inadequada, já que as obras

da usina começaram após 12 anos de estudos e negociações com vários segmentos da sociedade.

Para Jarbas Vasconcelos, no entanto, o governo brasileiro já tomou posição clara em relação à declaração da OEA e o Poder Legislativo não precisaria protestar.

João Pedro apoia posição tomada pelo Itamaraty

O senador João Pedro (PT-AM) concordou com a postura do Ministério das Relações Exteriores, que considerou "precipitado e injustificável" pedido da OEA para que o governo brasileiro ouça as comunidades indígenas antes de autorizar a construção da usina de Belo Monte, no Pará.

– Não tenho nenhuma dúvida de que o Estado brasileiro hoje tem condições de observar os clamores das populações tradicionais do Xingu, da Amazônia, acerca desta obra – afirmou.

João Pedro sugeriu que a OEA se posicione sobre a manutenção da prisão de Guantánamo, pelos Estados Unidos, a miséria no Haiti, e o muro construído pelos EUA na fronteira com o México.

Vanessa diz que país respeita áreas indígenas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou em Plenário a nota da OEA e disse "não aceitar nem concordar" com o teor do documento. De acordo com a senadora, já foram realizadas quatro audiências públicas em que as comunidades indígenas puderam opinar e a Funai disponibilizou o relatório de impacto ambiental para consulta pública.

A senadora declarou que o Itamaraty classificou a nota como "precipitada e intrusiva" e disse que tem a mesma opinião. De acordo com Vanessa Grazziotin, nenhum país do mundo tem tanta terra demarcada para os povos indígenas quanto o Brasil.

Jayme Campos lamenta falta de gás natural veicular em Cuiabá

O senador Jayme Campos (DEM-MT) lembrou o aniversário de fundação de Cuiabá, que faz 292 anos hoje, mas lamentou que, neste momento a capital mato-grossense esteja sofrendo com a falta de gás natural, cujo fornecimento pela Bolívia foi interrompido em dezembro.

Segundo o senador, a capital conhecida como Cidade Verde, representa uma síntese do pró-

prio espírito empreendedor do povo brasileiro e se transformou na meca do agronegócio no Brasil.

Jayme Campos ressaltou que Cuiabá também está se convertendo na capital do desenvolvimento sustentado, pois seu crescimento econômico é precedido de ações que garantem a preservação da biodiversidade e da cultura da região. Entretanto, o senador lamentou



Cuiabá é cidade verde, mas carece de combustível limpo, diz o senador

que Mato Grosso esteja sendo privado dessa fonte energética limpa e abundante.

Comissão debate rumos da política externa

O presidente da CRE, Fernando Collor, comunicou em Plenário ontem que a comissão realizará um ciclo de debates intitulado "Rumos da política externa brasileira". De acordo com ele, o objetivo dos debates é "aprofundar o exame de grandes temas no âmbito da política externa do Brasil e da sua defesa nacional".

Collor informou que haverá cinco ciclos temáticos, divididos em 25 painéis de discussões. De acordo com o parla-

mentar, o ciclo de debates terá seu foco inicial na crise no mundo árabe, analisando "seus possíveis desdobramentos e reflexos nos segmentos da geopolítica e das relações multilaterais, da paz e segurança no mundo, no campo da economia e finanças, e do comércio exterior".

Serão convidados para os debates "renomados especialistas e estudiosos do mundo acadêmico, diplomático, militar e da iniciativa privada".

Brasil poderá doar aeronave ao Equador

O Brasil poderá doar aeronave não mais utilizada pela Força Aérea Brasileira (FAB) ao Equador, prevê projeto de lei do Executivo aprovado ontem pela CRE. O avião Buffalo C-115, segundo o relator da proposta (PLC 179/10), senador Aníbal Diniz (PT-AC), não pode ter seus componentes e peças reutilizadas pela FAB por serem inadequadas à frota atual.

Aníbal Diniz observou que a manutenção de aeronave desse porte exigiria

instalações especiais e gasto elevado de recursos públicos. Justamente por causa disso, ressaltou o senador, não compensa mantê-la.

– A aeronave não tem mais serventia à Força Aérea Brasileira, mas terá muita serventia à força equatoriana – argumentou o senador.

A matéria, agora, segue para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.